

Fetos anencéfalos

Feministas lutam pelo direito da mulher à interrupção da gravidez

Com o objetivo de ampliar a mobilização da sociedade civil pelo direito das mulheres à interrupção de gravidez de feto anencéfalo (sem cérebro), a Rede Feminista de Saúde está em campanha. Para participar, basta enviar um cartão postal eletrônico para o Supremo Tribunal Federal, apoiando a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental).

A ADPF foi impetrada junto ao Supremo pela Confederação Nacional das/os Trabalhadoras/es na Saúde (CNTS), que propõe o reconhecimento do direito à antecipação terapêutica de parto em caso de anencefalia, com base na Constituição Federal.

A aprovação definitiva do mérito da ADPF pelo Supremo favorecerá, sobretudo, mulheres pobres, que buscam na justiça a solução para uma situação de extrema angústia. Fetos anencéfalos não sobrevivem fora do útero. Além disso, a gestação apresenta maiores riscos de mortalidade materna, conforme atesta o médico Jorge Andalafat Neto, presidente da Comissão de Violência Sexual e Interrupção da gestação prevista em lei da FEBRASGO (Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetria). Para apoiar esta causa, acesse o site da Rede Feminista de Saúde (<http://www.redesaude.org.br/popup/index.asp>), informando nome, instituição (não obrigatório) e e-mail.

Mulheres lésbicas organizam mobilização contra projeto da Alerj

Com base no relatório da comissão de Saúde, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), que considerou a lesbianidade e a homossexualidade uma "distorção da natureza do ser humano normal", será votado, nesta quarta, 8, no Rio, o Projeto de Lei nº 717/2003, que propõe a criação de programas destinados a mulheres lésbicas e homens gays que queiram tornar-se heterossexuais.

Frente a esta ameaça aos direitos humanos de lésbicas e homossexuais, o Movimento D'ELLAS e diversas organizações do movimento LGBT realizaram ontem (7), um ato de protesto contra o PL 711/2003, nas escadarias da Assembléia. Participaram também organizações de direitos humanos, representantes de sindicatos, entidades profissionais e parlamentares contrárias/os ao projeto.

Ao tentar instituir indiretamente na legislação o conceito de uma sexualidade exclusivamente heterossexual, o projeto atenta contra os direitos humanos de todas as pessoas, particularmente daquelas que sofrem ameaças de toda ordem por assumirem (ou desejarem assumir) plenamente sua orientação lésbica ou homossexual.

Entre as justificativas contidas no parecer do relator da Comissão de Saúde, deputado Samuel Malafaia, está a afirmação – possivelmente baseada em pressuposto de crença religiosa - de que "homem e mulher foram criados com sexos opostos para se complementarem e se procriarem". Além de desrespeitar a laicidade do Estado brasileiro, este posicionamento pode servir à negação, no âmbito legislativo, do direito à diversidade e da liberdade nos campos da reprodução e da sexualidade. Ou seja, não há dúvida que o projeto ameaça gravemente a democracia, no país.

Para participar das mobilizações contrárias ao projeto, o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos organizou um abaixo-assinado, que já se aproxima das duas mil assinaturas. Reforce esta luta enviando sua assinatura para o e-mail centro@ims.uerj.br, informando: nome completo, número da identidade e instituição (se houver). Escreva no assunto: "adesão". Mais informações: <http://www.clam.org.br>.

15 anos da Casa da Mulher Catarina

Celebrando 15 anos de fundação, a Casa da Mulher Catarina convida para evento comemorativo que realizará amanhã (9), no auditório do Centro de Ciências da Saúde, na UFSC. Na ocasião, serão realizados: o lançamento da Revista Mulher Catarina e um debate sobre "Nossos Feminismos – ontem, hoje, amanhã".

Nossos parabéns a todas que fazem a Casa!!!

Mandato participativo no Comitê CEDAW

A professora e jurista Silvia Pimentel, integrante do Comitê CEDAW, convida integrantes do movimento feminista e de mulheres para um debate (dia 13/dez, São Paulo-SP) sobre "Mandato Participativo".

Silvia foi eleita como uma das 23 especialistas que compõem esse Comitê da ONU, em agosto deste ano, depois de ser apresentada pelo Governo Brasileiro e de ter recebido o apoio de 13 redes brasileiras de organizações de mulheres. Seu mandato é de 4 anos e se inicia em janeiro de 2005.

O Comitê que monitora a *Convenção Sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher* (mais conhecida por sua sigla em inglês, CEDAW) foi criado em 1982 e tem por missão monitorar os avanços na aplicação da Convenção. Além disso, é atribuição do Comitê receber petições relacionadas com as violações dos direitos consagrados na Convenção e emitir pareceres na forma de "opiniões e recomendações", bem como iniciar investigações sobre violações graves ou sistemáticas cometidas por um Estado-Parte.

CONtextos

Em tempos de luta feminista contra os fundamentalismos e em defesa do Estado laico, anexamos a esta edição os artigos de Sonia Corrêa e Magaly Pazello, publicados no Relatório do Observatório da Cidadania. O texto de Sonia Corrêa foca os ataques da aliança conservadora - formada pelo Vaticano, países islâmicos e EUA - aos direitos humanos, particularmente aos direitos reprodutivos e os direitos sexuais. O texto de Magaly, trata dos "Interesses comerciais, políticos e religiosos no caminho dos direitos humanos". Estes artigos seguem juntamente com outros textos do Relatório, que foi lançado dia 30 de novembro, em Brasília.

No segundo anexo, trazemos um artigo de Débora Diniz (ANIS), publicado no Correio Brasiliense, que trata da antecipação terapêutica de parto em caso de anencefalia. O artigo de Débora questiona a crítica de opositores à ação (ADPF) que será votada no Supremo Tribunal Federal (veja nota nesta edição) sobre este assunto.

Raça e Direitos Humanos

Às vésperas do dia 10 de dezembro, data em que a Assembléia das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, prepara-se o lançamento da Campanha: *Onde você guarda o seu racismo* que, entre outras coisas, pretende promover o debate sobre as diversas formas de racismo na sociedade brasileira, na perspectiva de ampliação dos direitos humanos da população negra e da democracia, no país.

O lançamento será dia 14, no Rio de Janeiro. Além de filmes para TV, a campanha utilizará outdoors, busdoors (propaganda em área externa de ônibus) e outros espaços publicitários.

A iniciativa vem sendo elaborada há três anos por um grupo de entidades reunidas nos "Diálogos contra o Racismo", entre as quais a AMB.

Participam da coordenação dos Diálogos: Observatório da Cidadania, Geledés, Criola, Comunidade Bahá'i, Ibase, Abong, Cfemea, Fase, Rede Dawn, SOS Corpo, Instituto Patrícia Galvão, CEDEC, Inesc, Redeh, Centro de Estudos Afro-Brasileiros, CESEC-UCAM.

Informações:

www.dialogoscontraoracismo.org.br

Articulando Eletronicamente. Ano III Nº 103
Coordenação Editorial: Silvia Camurça e Carla
Baiata (Secretaria Executiva AMB). Redação e
Jorn. Responsável: Paula de Andrade (2.214
DRT/PE). Apoio: Fundação Ford
amb@soscorpo.org.br